

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 31 DE JULHO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: Em 31.7.2017, às 9h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Metro, sala 1, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE DA MESA: José Caruso Cruz Henriques.

QUORUM: Totalidade dos membros efetivos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Reformado o teor do Regimento Interno do Conselho Fiscal a fim de atualizá-lo quanto aos dados da sociedade, sua padronização com os demais regimentos internos e adaptações legais.

1.1. Consolidada a redação do Regimento Interno do Conselho Fiscal, nos termos do Anexo que passa a integrar esta ata.

2. Após exame das demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao período de janeiro a junho de 2017, os Conselheiros resolveram lavrar o seguinte parecer:

“Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao período de janeiro a junho de 2017 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.”

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. (aa) José Caruso Cruz Henriques – Presidente; Alkimar Ribeiro Moura e Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Conselheiros.

São Paulo (SP), 31 de julho de 2017.

MARCELO KOPEL
Diretor de Relações com Investidores

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL APROVADO EM REUNIÃO DE 10.3.2003 E ALTERADO EM 31.7.2006 E 31.7.2017

1. REGIMENTO – A execução das competências legais do Conselho Fiscal (“Conselho”) do Itaú Unibanco Holding S.A. (“Sociedade”) será regulada por este Regimento Interno (“Regimento”).
2. COMPOSIÇÃO – Quando instalado, o Conselho terá no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.
 - 2.1. Na primeira reunião após a homologação da eleição dos Conselheiros pelo Banco Central do Brasil, o Conselho escolherá, entre seus membros, o seu Presidente.
 - 2.2. Compete ao Presidente presidir as reuniões do Conselho e representá-lo perante os demais órgãos da sociedade, inclusive comparecer à Assembleia Geral de Acionistas para apresentar os pareceres e representações do Conselho e responder aos pedidos de informação e esclarecimentos formulados por acionistas, sem prejuízo da presença e manifestação de qualquer dos demais conselheiros.
 - 2.3. Em caso de ausência, impedimento, renúncia ou falecimento, o membro titular será substituído pelo respectivo suplente.
 - 2.4. A função de membro do Conselho é indelegável.
3. ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO – Compete ao Conselho desempenhar as funções previstas no artigo 163 da Lei 6.404/76.
4. REUNIÕES – O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre.
 - 4.1. Cabe ao Presidente do Conselho, a seu critério ou mediante pedido de qualquer outro membro do Conselho, desde que previamente fundamentado, convocar reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos urgentes.
 - 4.2. A convocação das reuniões do Conselho será efetuada mediante aviso enviado com pelo menos 48 horas de antecedência, por meio de carta protocolada, telefone ou correio eletrônico.

4.3. Fica dispensada de convocação a reunião na qual comparecerem todos os membros do Conselho.

4.4. As reuniões do Conselho poderão validamente ser instaladas quando presente, no mínimo, a maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

4.5. O conselheiro dissidente de qualquer deliberação do Conselho poderá consignar sua divergência em ata de reunião do órgão, bem como comunicá-la aos órgãos de administração ou à Assembleia Geral.

4.6. As reuniões poderão ser presenciais, por teleconferência ou videoconferência. Também serão consideradas válidas as deliberações tomadas por escrito, inclusive por correio eletrônico.

4.7. As atas de reuniões do Conselho serão transcritas no Livro de "Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", o qual será mantido, juntamente com os demais livros societários, na sede da Sociedade.

4.8. A pauta das reuniões e a documentação de suporte, sempre que possível, serão distribuídas antecipadamente aos membros do Conselho.

5. PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E DEMONSTRATIVOS – O Conselho, através de seu Presidente, motivado por pedido (por escrito e fundamentado) de qualquer de seus membros, solicitará aos órgãos de administração, ou aos auditores independentes da Sociedade, esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de suas atribuições, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

5.1. Caso o Conselho delibere pela improcedência do pedido de informações, ainda assim o mesmo será encaminhado à administração da Sociedade, porém acompanhado de extrato da ata da reunião que o houver examinado.

6. DEVERES – Os membros do Conselho, além de observar os deveres legais inerentes ao cargo, devem pautar sua conduta por elevados padrões éticos, bem como observar e estimular as boas práticas de governança corporativa na Sociedade.

6.1. Os conselheiros devem guardar rigoroso sigilo sobre qualquer informação relevante, relacionada à Sociedade, se e enquanto ela não for oficialmente divulgada ao mercado.

7. **CASOS OMISSOS** – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Presidente, “ad referendum” do Conselho.

8. **ALTERAÇÕES** – Este Regimento poderá ser alterado pelo Conselho por proposta de seu Presidente ou de qualquer de seus membros, observado o disposto no item 4.4.

Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho e será arquivado na sede da Sociedade.
